

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14070	21085/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - RUA CONSELHEIRO JANUÁRIO 33 Braga (São Vicente) 4710-027 Braga, Braga Portugal		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 1309/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13829 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de alteração e ampliação. Notifique-se a requerente a apresentar os projetos de especialidades."
- A 22/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 1309/2026

REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-656 DE 10.01.2026

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA CONSELHEIRO JANUÁRIO, N.º 33
FREGUESIA DE S. VICENTE

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A requerente apresenta através do registo nº 2026-E-RE-653 de 10.01.2026, **Projeto de Arquitetura** referente à obra de reconstrução, alteração e ampliação de edifício, a levar a efeito no prédio sito na rua Conselheiro Januário, n.º 33, freguesia de Braga (S. Vicente), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1317/20060329, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 935.

1.2 A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

2.1. **Processo n.º GU/2001/7337/0**

2.2. **Processo n.º 14108/2025 - Pedido de Informação Prévia | PIP,**

objeto de decisão favorável condicionada, conforme despacho do Sr. Vereador do Pelouro de Urbanismo de 20.02.2024.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Director Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central – EC1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73/2026, de 15 de abril.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZP da Igreja de S. Vicente, IIP.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.5. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2026-0901 de 12.01.2026.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia nº 2026-1091 de 14.01.2026.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2026/646569 (C.S:1764612), com despacho de 26.01.2026, indicando que:

“Parecer favorável condicionado à realização de sondagens arqueológicas prévias nos termos da informação de arqueologia. Devendo ser submetido à tutela um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e respetivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, e seguir os restantes procedimentos constantes na informação de arqueologia.”



3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A requerente apresenta **Projeto de Arquitetura | Licenciamento**, na sequência da decisão favorável de **Pedido de Informação Prévia | PIP**.

3.5.2. A requerente procede a alterações pontuais ao Projeto de Arquitetura apresentado no **Pedido de Informação Prévia | PIP**, nomeadamente:

- **Reformulação de desenho de último piso - fachada principal.**
- **Reformulação de desenho dos vãos do último piso de ambos os alçados**, mantendo o alinhamento e ritmo dos pisos inferiores, em consequência desta alteração, todos os restantes vãos exteriores foram ligeiramente ajustados e reposicionados.
- **Reformulação do alçado posterior.**
- **Reformulação de espessura das lajes.**
- **Reformulação do anexo de apoio a habitação**, localizado no logradouro.
- **Encerramento do espaço destinado a garagem** de modo a tornar este espaço autónomo.

3.5.3. A operação urbanística caracteriza-se pela intervenção em edifício devoluto, em mau estado de conservação, conforme levantamento fotográfico apresentado, propondo a sua demolição total e reconstrução de forma ao adaptar a um novo programa funcional, de modo a constituir um total de **8 frações autónomas**, sendo 7 frações destinadas a habitação de tipologias T0 e fração autónoma destinada a garagem (estacionamento privativo, cujo uso deverá ser integrado numa das frações de habitação a constituir).

3.5.4. De modo a dar cumprimento ao programa base definido, a requerente pretende proceder a reconstrução e ampliação do edifício pré-existente, sendo o último sob a forma de recuado.

3.5.5. Tratando-se de um edifício em mau estado de conservação, onde não se reconhece nele a existência de nenhum dos elementos arquitetónicos relevantes mencionados no n.º 2 do Artigo B-3/10º do Código Regulamentar do Município de Braga, pelo que ao abrigo do disposto do n.º 4 do Artigo B-3/15º do CRMB, poder-se-á admitir à sua demolição integral, reconstrução e ampliação, recorrendo a linguagens contemporâneas e a materiais ou processos construtivos não tradicionais.

3.5.6. No âmbito desta proposta de intervenção, o requerente cria uma área de logradouro e jardim, de modo a melhorar as condições de permeabilidade do solo, iluminação e ventilação dos compartimentos.

3.5.7. No logradouro é proposto a execução/construção de um pequeno anexo de apoio a habitação, seguindo o mesmo alinhamento dos edifícios anexos contíguos pertencentes às edificações adjacentes.

3.5.8. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no do n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.9. A proposta de intervenção cumpre as condições gerais de edificabilidade previstas no n.º 4 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.10. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 80º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento público e privado.

3.5.11. Alerta-se a requerente que a dispensa total ou parcial dos lugares de estacionamento públicos está sujeita ao pagamento de compensação pecuniária pelos lugares de estacionamento não criados, a definir em regulamento municipal, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 80º do RPDM.

3.5.12. A proposta de intervenção, mantém na sua generalidade os parâmetros urbanísticos admitidos em Pedido de Informação Prévia | PIP.

3.5.13. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Outros aspetos regulamentares:

3.6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.



4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá a requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.

- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

4.4. Alerta-se a requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.5. Comunique-se o teor da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Rua Conselheiro Januário, n.º 33, freguesia de Braga (S. Vicente), Braga.

Requerente :

Local : Rua Conselheiro Januário, n.º 33, freguesia de Braga (S. Vicente), Braga.

Servidão

Administrativa :

Inf. n.º: S-2026/646569 (C.S:1764612)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2025/03-03/387/POP/136392
(C.S:281332)

Data Ent. Proc.: 12/01/2026

Diretor da Unidade de Cultura,

26/01/2026

Parecer favorável condicionado à realização de sondagens arqueológicas prévias nos termos da informação de arqueologia. Deverá ser remetido à tutela um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, e seguir os restantes procedimentos constantes na informação de arqueologia.

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Zona Geral de Proteção da Igreja de São Vicente, I.L.P (Imóvel de Interesse Público); Decreto n 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a pedido de licenciamento de obras em imóvel, sito na Rua Conselheiro Januário, nº 33, em Braga.

O anterior Pedido de Informação Prévia mereceu emissão de parecer favorável condicionado por Despacho de 29.04.2025:

Na fase de projeto base a solução de alçados deve conter vãos do último piso em ambos os alçados, com menor largura, igual à dos pisos inferiores.

2. Avaliação patrimonial:

O local em que se pretende intervir é fronteiro à servidão. Insere-se em arruamento caracterizado por edificações de tipologias, linguagem e volumetria variada.



A edificação existente não apresenta valor arquitetónico, está em mau estado de conservação foi objeto de grandes alterações estruturais, sendo visível a utilização de lajes de betão paredes em tijolo.

3. Proposta:

Tal como previsto na fase do PIP, pretende-se a demolição de uma edificação de pequena dimensão, inserida em parcela estreita e comprida, para dar lugar a habitação multifamiliar composta por 7 frações.

Terá cinco pisos visíveis a tardoz, sendo que no alçado principal terá rés-do-chão e três pisos sendo o último ligeiramente recuado. Recorre a linguagem contrastante entre alçados verificando-se a utilização de azulejos e chapa ondulada como revestimento da fachada voltada ao arruamento e reboco no alçado posterior.

As caixilharias e as portadas serão em madeira para pintar a branco e os gradeamentos metálicos, em prumos verticais nas varandas, para pintar a cinza.

A cobertura será a duas águas em telha cerâmica.

4. Análise da proposta:

Apreciada a proposta, considera-se tal como referido que dadas as atuais características de imagem detida pela edificação existente, a saber, sem valor arquitetónico reconhecido descaracterizada e com profundas alterações interiores, é aceitável a sua demolição para subsequente construção.

Relativamente à nova edificação, somos de opinião que a volumetria, cêrcea e imagem proposta é igualmente aceitável, incluindo o desenvolvimento e vãos do último piso de ambos os alçados.

5. Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável.

BRG2026/00006

15 de janeiro de 2026

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

DSBC: 2025-387

CS: 1764343

Servidão administrativa: ZP, Igreja de S. Vicente, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei



n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a demolição total para construção de raiz de um novo edifício na Rua Conselheiro Januário, nº 33, em Braga. Localiza-se numa área sensível em termos arqueológicos, na proximidade do traçado da antiga Via XVIII de período romano. Apresenta um aditamento respondendo ao anterior parecer de arquitectura deste Serviço emitido em sede de PIP. O parecer de arqueologia emitido anteriormente, no mesmo contexto, mantém-se.

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: “A pretensão inclui intervenções que irão promover significativa remoções de solos, incluindo a criação de cave na parte tardoz, pelo que face ao seu teor e sua localização, se entende que o projecto de arquitectura só poderá ser validado após a realização de sondagens arqueológicas de avaliação prévia, em função dos resultados das mesmas, sendo que esta medida terá por objecto a identificação de eventuais vestígios arqueológicos para se estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesmo efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.”

Previamente ao início dos trabalhos arqueológicos terá de ser agendada pelo arqueólogo responsável, com o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga uma reunião onde será avaliada a melhor localização, no terreno, das sondagens previstas em PATA.

Consecutivamente, terá de haver, por parte do arqueólogo responsável, uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga durante todo o tempo em que estes sejam executados. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior

CCDRN, 15/1/2026



PROCESSO: 1309/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-656 / 10/01/2026 18:57

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA:

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga

2. Sendo as condicionantes emanadas pela tutela (CCDRN), consideradas vinculativas, reitera-se o teor da informação prestada pela instituição atrás referida, datada de 03/04/2025, concretamente no que refere; "(...), se entende que o projecto de arquitectura só poderá ser avaliado após a realização de sondagens arqueológicas de avaliação prévia, (...)."

3. Recorda-se que, conforme o estipulado na nossa informação datada de 29/04/2025, e passamos a cita-lo; " a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, ao Município, cópia do Relatório, devidamente validado pela tutela, dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica.

5. À luz do disposto nos n.ºs 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos."

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2.



PROCESSO: 1309/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-656

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua Conselheiro Januário, n.º 33, freguesia de Braga (S. Vicente) 4710-027
Braga

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação

DU - DGPU [GP9]

Informação Técnica - Saneamento e apreciação liminar

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

A requerente, através registado de entrada n.º 2026-E-RE-656 de 10/01/2026, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista à reconstrução e demolição, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua Conselheiro Januário, n.º 33, freguesia de Braga (S. Vicente) 4710-027 Braga, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1317/20060329, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 935.

1.1. Relativamente ao local da pretensão: localizaram-se os seguintes **antecedentes**:

1.1.1. Processo de n.º GU/2001/7337/0

1.1.2. Processo 14108/2025 - PIP - pedido de informação prévia (favorável)

1.2. O local ao qual se refere a pretensão está classificado como “Património Arqueológico”, zona especial de proteção. **Logo carece de parecer:**

1.2.1. Externo da **CCDRN Unidade de Cultura**.

1.2.2. Interno **Arqueologia**.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

A presente operação urbanística tem enquadramento no artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de **licenciamento de obras de edificação** se encontra **corretamente instruído** de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

4. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido se encontra **corretamente instruído**, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe o seguimento do mesmo para **análise urbanística**.

DU - DGPU [GP9]

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

